

Edição 123

## Agroenergia e o Brasil futuro

Williams Pinto Marques Ferreira

*Pesquisador Meteorologista da Embrapa Milho e Sorgo*
[voltar](#)


Um dos grandes pesadelos mundiais sempre foi o fato de que o petróleo encontra-se concentrado em algumas poucas regiões da Terra. Poucos são os países exportadores e muitos os consumidores, que dependem, em sua maioria, diretamente desse recurso para os seus sistemas de transporte. Esse cenário assegura uma constante tensão entre os maiores países consumidores do ouro negro, uma vez que esses dependem da política muitas vezes instável, por questões sociais internas, dos países produtores de petróleo.

A história não nega que o sucesso, principalmente econômico, alcançado, no século passado, pelos países de primeiro mundo, foi alicerçado nos combustíveis fósseis. Com a certeza do contínuo aumento da população mundial e conseqüente aumento na demanda de energia, vivemos um tempo em que o mundo, ou pelo menos parte dele, se conscientiza de que, no século atual, além da busca pela qualidade de vida, há necessidade da auto-sustentabilidade, capaz de assegurar principalmente os recursos naturais e finitos do planeta. É nesse sentido que, hoje, quase todas as nações assumem que as mudanças climáticas, provocadas em grande parte pelo modelo energético empregado atualmente, baseado no uso dos combustíveis fósseis, é uma realidade nociva ao planeta e compromete a qualidade de vida futura.

A prova da conscientização verde é que, após grande luta da comunidade científica para alertar os líderes dos países que mais poluem o Planeta, o Protocolo de Kyoto passou a vigorar (16/2/05), reconhecendo oficialmente que o aquecimento global é uma realidade. Esse passo dado rumo à solução do problema pressupõe mudanças profundas nos hábitos globais de consumo de energia, influenciando a economia mundial e a matriz energética do Planeta, incomodando a indústria do petróleo.

No Protocolo de Kyoto, de acordo com o Artigo 3, o prazo estabelecido para que as partes incluídas no Anexo I reduzam suas emissões antrópicas dos Gases de Efeito Estufa (GEE), em pelo menos 5%, abaixo dos níveis existentes em 1990, será de 2008 a 2012, período no qual o mercado de compra e venda dos GEE deverá estar totalmente estabelecido. Para ajudar os países industrializados a atingir suas metas de redução de emissões e promover o desenvolvimento auto-sustentável nos países em desenvolvimento foi criado o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) que permite aos países inclusos no Anexo I comprar os chamados Certificados de Reduções de Emissões (CER) a partir de projetos desenvolvidos em países fora do Anexo I, como o Brasil, que em contrapartida, passa a receber recursos financeiros e tecnológicos.

Apesar de, até o momento, o Brasil não ser, oficialmente, de acordo com o Protocolo de Kyoto, obrigado a reduzir seus níveis de emissões, a comunidade internacional já deixou claro que, a partir de 2012, na fase Pós-Kyoto, países como o Brasil e a Índia são candidatos, em potencial, a fazer parte da lista dos comprometidos com a redução dos poluentes.

Diante desse quadro, apesar de não haver ainda uma lei interna que obrigue ao cumprimento de normas para a adoção de tecnologias limpas, empresas sérias e compromissadas com o futuro do Planeta já sinalizam em direção ao futuro, como é o caso da Embrapa, que, em 2006



anunciou a criação de um novo centro de pesquisa voltado para a agroenergia e, em Dezembro ainda desse ano, empossou a nova chefia visando a sua instalação ainda no mês de Janeiro de 2007.

Esse novo centro visa estimular a mudança na matriz de energia do País, criando novos horizontes e valorizando a inovação tecnológica no uso de energias alternativas, tais como o biogás, a energia eólica, o álcool combustível e o biodiesel, entre outras.

É fácil de entender a visão de futuro da Embrapa, afinal, o Brasil, com sua grande extensão territorial, possui terras férteis e condições de clima favorável na maior parte do seu território e não pode prescindir de sua atividade agrícola e do seu potencial para tornar-se um dos grandes, senão o maior, produtor de energia limpa do Planeta, devido à atual liderança na tecnologia de produção de energia verde.

Junto com as mudanças climáticas, as necessidades do uso de tecnologias amigas do clima aumentaram significativamente. Há, atualmente, um interesse político e econômico que impulsiona a adoção dos biocombustíveis, em substituição aos combustíveis derivados de petróleo, em diferentes países e, politicamente falando, para o Brasil, o interesse é crescente na adoção de tecnologias limpas, devido, principalmente, ao mecanismo de compra e venda dos créditos de carbono, capaz de recompensar as atividades que removem gás carbônico da atmosfera, deixando-as mais atrativas e competitivas.

Embora o combate ao desmatamento e às queimadas na Amazônia, seja hoje, um dos grandes desafios do Brasil, devido a grande emissão de dióxido de carbono provocado por essas práticas, há outra grande necessidade no País, que é a execução de um inventário da emissão dos Gases de Efeito Estufa, no setor dos transportes, inicialmente em nível estadual e, posteriormente, federal, visto que não há, ainda, um estudo detalhado dessa natureza, para todo o nosso país, capaz de definir qual a contribuição desse setor na emissão dos GEE.

O Brasil deve atrair cada vez mais investimentos em projetos ligados ao MDL

O resultado desse estudo é particularmente importante para o Brasil, pois valorizará a energia verde que o País já utiliza no setor de transporte, ou seja, caminhamos, sem dúvida, em direção a novos tempos, em que acreditamos que a legislação brasileira, entre outras ações, será capaz de assegurar que os atuais percentuais de mistura do etanol e do biodiesel ao combustível brasileiro, ocorra, não para assegurar a estabilidade do preço dos combustíveis no mercado, mas sim em função de um valor máximo admissível capaz de não agravar os GEE. Enfim, é certo que o Brasil deve atrair cada vez mais investimentos em projetos ligados ao MDL. Há um grande número de investidores externos com interesses no Brasil, que busca hoje a definição de projetos de relevância nacional em novas tecnologias, capazes de tornar o país cada vez mais competitivo e auto-sustentável.



© Tricontinental Editora